

Capítulo 1

# A Marinha na Transição para a Democracia: acção e memória. Apresentação de projecto de investigação

Luísa Tiago de Oliveira\*

## 1. Enquadramento institucional

"A Marinha na Transição para a Democracia: acção e memória" é um projecto de investigação do Centro de Estudos de História Contemporânea (CEHC), do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES), da Associação para o Desenvolvimento das Telecomunicações e Técnicas de Informática (ADETTI), do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, e do Instituto de História Contemporânea (IHC) da Universidade Nova de Lisboa. Financiado pelo Ministério da Defesa Nacional, tem beneficiado igualmente do apoio do CEHC e do ISCTE - IUL.

## 2. Equipa

Composta por João Freire, Aniceto Afonso, Pedro Faria Lopes, e eu, Luísa Tiago de Oliveira, investigadora responsável, a equipa tem contado com a colaboração de transcritores e de uma auxiliar de investigação (Margarida Reis e Silva).

## 3. Objectivos

O tema enquadra-se no cruzamento de estudos sobre a acção das forças políticas e sociais na conjuntura revolucionária portuguesa (1974-1976) com trabalhos sobre o papel dos

\* Doutorada em História (ISCTE-IUL, 2000). Professora no Departamento de História do ISCTE-IUL. Investigadora do Centro de Estudos de História Contemporânea (CEHC) do ISCTE-IUL. Pesquisas em curso: "A Marinha na Transição para a Democracia: acção e memória" e "IST: um século de existência". Publicações mais relevantes: *Estudantes e Povo na Revolução. O Serviço Cívico Estudantil, 1974-1977* (Oeiras, Celta Editora, 2004); "Schools 'without walls' during the portuguese revolution: the Student Civic Service (1974-1977)" (in *Portuguese Journal of Social Science*, vol. 4, nº 3, 2005); *Nascido para Inovar. 35 Anos ISCTE* (com Jorge Freitas Branco e Carlos Oliveira Santos) (Lisboa, ISCTE, 2007); "A ocupação da sede da PIDE/DGS em 1974" (com Isabel Gorjão Santos) (in *Ler História*, nº 57, 2009); "A História Oral em Portugal" (in *Sociologia. Problemas e Práticas*, nº 63, 2010).

militares na política e na sociedade e, ainda, com investigações sobre a Marinha. Assim, convoca conhecimentos e recursos metodológicos destas três áreas, necessários para equacionar o papel do MFA da Marinha na transição para a democracia.

Sendo o MFA, organização política de militares dos três ramos das Forças Armadas, um elemento central do processo revolucionário em Portugal, é um destes ramos, o MFA da Marinha, que constitui o cerne do estudo cujo objecto empírico é constituído pelo seu grupo de oficiais.

A questão central deste projecto configura-se da seguinte forma: “Como se forma e estrutura, qual o devir e qual o papel de uma organização política de militares (oficiais de Marinha) num contexto de Transição para a Democracia por via revolucionária?”

Com este estudo, pretende-se concorrer para compreender a intervenção dos oficiais do MFA da Marinha, partindo do levantamento das suas atitudes, comportamentos e identidades. Procura-se uma nova leitura do papel dos militares na política e na sociedade, seja em momentos de excepção (como as jornadas revolucionárias, as contra-revolucionárias, ou o golpe de Estado), seja no quotidiano de um contexto de mudança, como foi o caso do período de 1974-1976. Prevê-se também a produção de novos conhecimentos sobre a relação entre militares e movimentos sociais e políticos, bem como sobre jornadas relevantes da época (como o 25 de Novembro). São estes os principais objectivos que definimos no campo das Ciências Sociais.

Porém, para além destes, pretende-se atingir dois outros propósitos nas Ciências Documentais e na Cidadania. Antes do mais, visa-se criar fontes históricas (como os testemunhos orais, nascidos em entrevistas) ou salvaguardar documentação histórica pré-existente sobre o processo de democratização da sociedade portuguesa, sendo assim possível responder à abertura manifestada por protagonistas importantes do MFA para proporcionar estas fontes cruciais, e por vezes únicas, sobre a participação da Marinha na conjuntura revolucionária portuguesa. Ao permitir a recolha de todos estes documentos, o seu tratamento e a sua disponibilização em arquivos públicos, é a Cidadania que sairá também reforçada.

#### 4. Eixos de trabalho

Na conjuntura revolucionária, à semelhança do Exército e Força Aérea, a Marinha dispunha de uma representação própria em vários órgãos do poder, produzindo também uma imagem socialmente reconhecida. Algumas das suas unidades foram chamados a intervir em tensões na sociedade civil assim como elementos seus participaram em órgãos de governo.

O estado da arte revela claras lacunas de estudos científicos sobre a Marinha, em especial nas suas dimensões sociopolíticas. A abundante literatura sobre a revolução portuguesa, analisando o papel dos militares, a orientação do novo regime, os movimentos sociais, a descolonização e o relacionamento internacional do país, pouco focou o papel da Marinha e dos seus oficiais.

No presente estudo, identificaram-se os seguintes eixos de pesquisa principais:

- A estruturação de uma organização clandestina de oficiais Marinha de Guerra, sob uma ditadura, e num tempo de guerra colonial em três frentes com grande descontinuidade geográfica (surgida a partir de uma atitude de distanciamento face ao regime de uma parte dos seus membros).
- A posição desta organização de acompanhamento crítico do Movimento dos Capitães e a atitude de “neutralidade activa” no desencadear do 25 de Abril de 1974.
- A reconstituição e interpretação do papel desta organização na elaboração de textos fundamentais do MFA, nas acções do dia 25, e ainda na libertação de todos os presos políticos e na tomada da sede da PIDE/DGS.
- O papel da Marinha durante a conjuntura revolucionária, aparentemente inesperado face aos seus efectivos e à sua anterior posição crítica perante o Movimento dos

Capitães e o golpe do dia 25 de Abril - papel este traduzido na sua actuação no interior do MFA, em vários órgãos de poder (Junta de Salvação Nacional, Conselho de Estado, Conselho dos Vinte, Conselho da Revolução, Governos Provisórios e Ministérios), nos cargos ocupados na descolonização, bem como no Serviço Director e Coordenador da Informação e na 5.ª Divisão do Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas (à qual coube a responsabilidade essencial nas Campanhas de Dinamização Cultural).

- Os modos de construção da aura de “gonçalvista” da Marinha e da sua identificação com o PCP, esclarecendo nomeadamente as tensões em torno da Assembleia de Tanços e do 25 de Novembro de 1975.
- As redes organizativas posteriores a 25 de Novembro e o percurso civil e militar dos oficiais de Marinha envolvidos.
- A caracterização da teia de relações e a identificação de factores de tensão e unidade entre oficiais, sargentos e praças.
- O modo como se combinaram dinâmicas de transformação e resistência na Marinha.

## 5. Metodologia

Considerando os oficiais do MFA da Marinha como objecto principal de estudo, as suas práticas e ideias são analisadas com amplo recurso às memórias individuais e de grupo, património imaterial, mas também recorrendo aos arquivos particulares de cada um, um património bem material a que por vezes é difícil dar destino. Estes dois tipos de materiais, nucleares, constituem, assim, fontes históricas a serem devidamente contextualizadas, criticadas e cruzadas com todo o tipo de fontes, como as arquivísticas mais clássicas, as peças dos *media*, a iconografia e a bibliografia.

Enunciem-se, um pouco mais sistematicamente, estes métodos e materiais previstos:

A investigação partiu de quatro extractos de histórias de vida de oficiais de Marinha que, na qualidade de dirigentes do MFA da Marinha, pertenceram ao Conselho de Estado, ao Conselho dos Vinte e ao Conselho da Revolução (almirante Vítor Crespo, almirante Manuel Martins Guerreiro, comandante Carlos de Almada Contreiras e comandante Miguel Judas). Enquanto se agudizavam as tensões sociais e políticas no país, e num quadro legal provisório e de transição, estes oficiais integraram aqueles órgãos que chegaram a ter poderes constituintes, legislativos, executivos, fiscalizadores e militares, sendo evidente a relevância destas estruturas de poder.

Os quatro oficiais entrevistados colocaram à consulta vastas colecções documentais por eles coligidas, disponibilizando-se o Arquivo Histórico Militar para acolher e organizar estes espólios particulares.

A estes quatro oficiais do núcleo inicial, rapidamente juntámos alguns outros. Através do efeito “em cascata”, bem conhecido das Ciências Sociais, foram igualmente contactados uma vintena de outros seus camaradas de armas para realização de entrevistas focadas e semi-directivas. Deparando com necessidades de pesquisa, solicitando estes e outros apoios, foi possível alcançar ainda oficiais de posições político-ideológicas bem diversas, afastando-nos mesmo do MFA da Marinha. Já foram identificados novos espólios documentais, eventualmente a encaminhar também para domínio público.

Para além destes espólios particulares, prevê-se a consulta de arquivos privados e públicos: o Arquivo Central e o Arquivo Histórico associados à Biblioteca Central da Marinha, o Arquivo Histórico Militar, o Arquivo do Centro de Documentação 25 de Abril e a Fundação Mário Soares.

A pesquisa na imprensa e noutros meios de comunicação social pode não só revelar a opinião difundida como mostrar outras dimensões da questão, por aquele ter sido um tempo de excepção particularmente aberto à pluralidade de registos.

A pesquisa bibliográfica abrange obras de natureza jornalística, memorialista e literatura científica sobre o período revolucionário - inicialmente realizadas em contextos académicos estrangeiros ou, quando ocorridas em Portugal, nas áreas da Sociologia, Ciência Política e Antropologia, e só recentemente em História. Também este facto contribuirá para a perspectiva multidisciplinar e comparativa que desejamos.

## 6. História do projecto

Tal como aconteceu noutra projecto FCT em que estou envolvida (“Instituto Superior Técnico: um século de existência”), este projecto sobre a Marinha não surgiu por minha iniciativa. Veio de quem não é de História, surgiu por acção de actor social a que Florence Descamps chama *l'éveilleur*<sup>1</sup>. Entendido como aquele que lidera e estimula companheiros de ofício (que, neste caso, são camaradas de armas) e que chama a atenção dos investigadores sociais, neste projecto o *éveilleur* foi o comandante Carlos de Almada Contreiras. Meses depois, conheci o comandante Pedro Lauret, então a braços com um estudo sobre a Marinha até ao 25 de Abril, para o qual já efectuara também entrevistas, e de cujo apoio temos beneficiado. Neste processo, João Freire efectuou a mediação entre estes dois oficiais de Marinha, que eu não conhecia, e eu própria, passando depois o meu colega de mediador a investigador no projecto, ocupando-se do contexto português na longa duração e também do contexto internacional.

Aquando dos meus primeiros contactos com estes oficiais de Marinha, na fase que posso designar do pré-projecto, por indisponibilidade minha de tempo para o trabalho sugerido sobre a Marinha e a revolução, apenas me propus efectuar uma única história de vida (de C. Almada Contreiras) ou eventualmente mais histórias de vida de “MFAs da Marinha” que tinham sido também membros do Conselho de Estado e do Conselho da Revolução (almirante Vítor Crespo, almirante Manuel Martins Guerreiro e comandante Miguel Judas). Todavia, apesar de se prontificarem a falar longamente comigo e a fornecer documentação, estes oficiais incitaram-me a ouvir mais intervenientes no processo, colocando reservas a um trabalho centrado apenas neles, salientando-se aliás nesta oposição precisamente o *éveilleur* C. Almada Contreiras.

Trata-se de um grupo de pessoas que não são as principais figuras geralmente ouvidas. Apresentam alguns traços semelhantes aos daqueles que Florence Descamps designa como “os segundos” mas cujos testemunhos são geralmente muito ricos por serem mais técnicos, descritivos ou analíticos, lembrando sucessos mas também dificuldades, referindo terrenos diversificados, permitindo perceber gestos isolados e resistências passivas, construções continuadas de dinâmicas durante muito tempo invisíveis, circunstâncias, condicionantes, funcionamentos concretos, interacções complexas entre actores, em suma, os objetivos assumidos nas decisões, mas também o vivido.

Perante aqueles problemas, perante a necessidade de contextualizar os testemunhos orais e ainda perante o desvelar da pertinência de conhecer uma rede pré-existente e posterior, de que alguns nomes são mais públicos, a modesta investigação inicial transformou-se e cruzou-se com pesquisas de outros colegas, vindo a originar e consubstanciar o novo projecto que ora apresento.

<sup>1</sup> Descamps, Florence - *L'Historien, l'Archiviste et le Magnétophone: De la Constitution de la Source Orale à son Exploitation*, Paris, Ministère de l'Économie, des Finances et de l'Industrie, 2001, pp. 267-272. Segundo esta autora, existindo uma procura social latente (de uma instituição, organização, grupo, etc.), para resultar, o arranque de uma campanha de recolha de testemunhos orais necessita de uma alquimia com estes ingredientes: um *éveilleur* persuasivo, um decisor de visão e um profissional empenhado. Ver também: Dexter, Lewis Anthony - *Elite and Specialized Interviewing*, University of Essex, Colchester, ECPR Press, 2006.

## 7. Algumas considerações

Se uma vertente do projecto "A Marinha na Transição para a Democracia" é a da memória individual, de grupo e oficial, outra vertente é a da acção, reconstituída mas também confrontada com memórias plurais e díspares e, por vezes, contraditórias.

É que, também no campo da actuação, o papel da Marinha deve ser estudado.

Trata-se de um papel imprevisível durante o contexto revolucionário, atendendo à moderada participação da Marinha na génese do movimento dos capitães e nas operações do próprio dia 25, como notou Sánchez Cervelló<sup>2</sup>. Segundo este autor, depois de uma presença discreta no golpe de Estado, a situação mudou nos tempos que se lhe seguiram e a Marinha teve uma representação significativa nos órgãos de poder, liderou a 5.ª Divisão, dirigiu os Serviços de Informação e desempenhou um papel relevante na Descolonização. Este paradoxo é explicado pelo historiador catalão pela rede organizativa existente na Marinha, bem anterior ao 25 de Abril, e pela sua suposta proximidade do PCP.

Desde logo, justifica-se estudar a Marinha se se pensar na construção do Programa do MFA e na própria existência deste documento norteador, que constitui uma importante travessa para a transição para a Democracia - e não para um regime musculado. Não se devendo a uma só figura, grupo, corpo ou ramo, a contribuição de oficiais da Marinha para o programa do MFA não pode, por isso, ser ignorada<sup>3</sup>.

Importa também estudar a Marinha na medida em que, para compreender qualquer contexto revolucionário, cumpre atender às jornadas que o desencadeiam ou às outras que lhe põem termo.

Está neste último caso o 25 de Novembro (no qual o lugar da Marinha deve ser esclarecido), evento este que é *um* ou *o* principal marco simbólico do fim do tempo revolucionário ou, dito de outro modo, da entrada de Portugal na "normalização constitucional", como afirma a generalidade da bibliografia portuguesa ou estrangeira - como, por exemplo, Boaventura Sousa Santos, Duran Muñoz, Palácios Cerezales ou Philippe Schmitter<sup>4</sup>.

Se, numa conjuntura revolucionária, se têm de considerar as jornadas que a finalizam, também se impõe analisar as jornadas que a iniciam ou preparam.

Assim, há que estudar a Marinha, quando se abordam os acontecimentos que exprimem o corte simbólico com o regime do Estado Novo - que serão, penso, a extinção da PIDE/DGS e a libertação de todos os presos políticos de Caxias e de Peniche, associados ou não àquilo que o Estado Novo considerava serem crimes de sangue e de delito comum. Sublinhe-se que estes objectivos (o fim da polícia política e a libertação de todos os presos políticos) não constavam das ordens operacionais do MFA, não reuniam o consenso dos membros da Junta de Salvação Nacional, e dependiam de certas condições, de acordo com o Programa do MFA difundido ao país a 26 de Abril. Contudo, foram imediatamente exigidos no terreno.

Nestes acontecimentos e processos, estiveram presentes marinheiros assim como militares do Exército e da Força Aérea, para além, claro, da população. Os familiares e amigos de presos dirigiram-se e esperaram à volta dos muros de Caxias mas sem vontade de esperar mais; gente anónima manifestou-se, desde logo, contra a polícia política do Estado Novo nas proximidades da sua sede na rua António Maria Cardoso, o único local aliás onde houve sangue e mortos no 25 de Abril<sup>5</sup>.

<sup>2</sup> Sánchez Cervelló, Josep - "La Marina Portuguesa en el epicentro de la conspiración contra la dictadura (1967-1974)", in *Los Fines de Siglo en España e Portugal*, Jaén, Universidad de Jaén, 1999. Ver também: Sánchez Cervelló, Josep - *A Revolução Portuguesa e a sua Influência na Transição Espanhola*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1993.

<sup>3</sup> Várias das versões do Programa do MFA estão publicadas em: Rodrigues, Avelino, Cesário Borge e Mário Cardoso - *O Movimento dos capitães e o 25 de Abril*, 4.ª edição, Lisboa, 2001, pp 339-343; *República*, 26/4/1974 e a generalidade da imprensa desse dia.

<sup>4</sup> Santos, Boaventura de Sousa - *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto, Afrontamento, 1990; Duran Muñoz, Rafael - *Acciones Colectivas y Transiciones a la Democracia. España y Portugal, 1974-1977*, Madrid, CEACS, 1997; Palácios Cerezales, Diego - *O Poder Caiu na Rua: Crise de Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa (1974-1975)*, Imprensa de Ciências Sociais, 2003; Schmitter, Philippe - *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 1999.

<sup>5</sup> Oliveira, Luísa Tiago de & Isabel Gorjão Santos - "A ocupação da sede da PIDE/DGS em 1974", in *Ler História* n.º 57, 2009, pp. 125-134.

Não é por acaso que a Época Contemporânea começa com a Revolução Francesa e que esta tem como marco simbólico o *14 Juillet*, a tomada da Bastilha. Contudo, nesta prisão de Antigo Regime para elites, praticamente não havia presos à data dos acontecimentos de 1789. Não obstante, para os franceses que a tomaram, a Bastilha representava o Antigo Regime e o carácter arbitrário, discricionário e injusto do poder absoluto. E foi este significado simbólico que perdurou pelos tempos fora, sendo ainda hoje o feriado nacional francês nesse dia, anualmente comemorado em regrados desfiles pelas avenidas ou em bailes nocturnos em pequenas praças, permitindo em qualquer caso uma incorporação e reatualização da memória. Mais importante, este *14 Juillet* constitui o marco divisório tradicional entre a Idade Moderna e a Idade Contemporânea para toda a história ocidental. É que os símbolos têm, de facto, uma força motriz enorme – como aliás podemos ver, no século XIX, com os campanários das igrejas ou, já no século XX, com o combate entre a saudação fascista e os punhos erguidos nos anos 1930, ou ainda com os confrontos da Praça de Tiananmen, que começaram pela defesa de uma réplica da Estátua da Liberdade construída por estudantes chineses ou, outra vez, com a importância do ataque às Torres Gémeas em Nova Iorque, no 11 de Setembro americano<sup>6</sup>.

Em Portugal, são a tomada da sede da PIDE/DGS e a libertação de todos os presos políticos que marcam o fim simbólico do Estado Novo, a que a Oposição também chamava Antigo Regime e que constituem o nosso *14 Juillet*. A independência das colónias, as mudanças económico-sociais e as novas estruturas políticas surgiram posteriormente e, da forma como decorreram, foram também possibilitadas por aquele sinal de ruptura, de percepção imediata, intuitiva e, por isso, fortíssimo.

São eventos como estes que são estudados no projecto “A Marinha na Transição para a Democracia”, acontecimentos épicos e, portanto, bem marcados na Memória que é “a mais épica das faculdades”, como afirmou Walter Benjamin<sup>7</sup>.

Para além destes, analisam-se também processos prolongados, como os quotidianos do tempo cinzento anterior ao 25 de Abril ou daquele outro que esse acontecimento inaugurou, esse novo tempo da conjuntura revolucionária, percebido por alguns dos que o viveram como “o futuro era agora”<sup>8</sup>.

## 8. Um exemplo de abordagem (o destino da PIDE-DGS no dia 25 de Abril)

Centremo-nos na ocupação da sede da PIDE-DGS, polícia política aliás cujo destino não era consensual.

Num rascunho manuscrito do plano geral de operações, o então major Otelo Saraiva de Carvalho previu a tomada da sede da PIDE/DGS por um grupo de 12 a 15 comandos, no mínimo, que deveria conquistá-la e dominá-la, de surpresa, aguardando a chegada de reforços. Porém, segundo o próprio, a missão foi logo abandonada devido à oposição do major Jaime Neves, oficial de comandos, que a considerou muito perigosa<sup>9</sup>. A missão esteve depois para ser executada por uma companhia de atiradores do Regimento de Infantaria 1 da Amadora mas, à última hora, falhou<sup>10</sup>. O líder operacional do 25 de Abril, Otelo Saraiva de Carvalho, tem referido várias razões para a omissão da ocupação da PIDE/DGS no plano operacional final. Para além da falta de meios para cumprir a missão, não possuiria elementos sobre a organização interna, as instalações ou

<sup>6</sup> Ver por exemplo: Burrin, Philipp - “Poings levés et bras tendus: la contagion des *symboles au temps du Front Populaire*” in *Vingtième Siècle. Revue d'Histoire* n.º 119, 1986, pp. 5-20.

<sup>7</sup> Benjamim, Walter - *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*, Lisboa, Relógio de Água, 1992.

<sup>8</sup> AAVV - *O Futuro Era Agora. O Movimento Popular do 25 de Abril*, Lisboa, Edições Dinossauro, 1994.

<sup>9</sup> Carvalho, Otelo Saraiva de - *Alvorada em Abril*, Lisboa, Portugal, 1977, pp. 309 e 572.

<sup>10</sup> Santos, Boaventura Sousa (organização) - *A fita do tempo da revolução. A noite que mudou Portugal*, Porto, Afrontamento, 2004, pp. 166, 189-190. Contudo, esta missão não consta do plano de operações publicado na obra referida de Otelo Saraiva de Carvalho. Ainda que, na fase da conspiração, oficiais de Marinha tivessem defendido a ocupação da sede da PIDE/DGS nas reuniões em que participaram, o facto da posição assumida pela organização da Marinha ser de “neutralidade activa” (entendida como de abstenção nas operações do golpe mas também de recusa em defender o regime), por um lado, e, por outro, a afirmação de outros militares conspiradores de que lhes bastava que a Marinha não interviesse na defesa do regime levaram a que não tenha existido qualquer missão atribuída a unidades da Armada no plano de operações.

ainda sobre o armamento existente na sua sede, pelo que não a teria definido como um objectivo prioritário a atingir nas primeiras horas do golpe. Otelo Saraiva de Carvalho esperava que a PIDE/DGS viesse a cair quando os governantes caíssem, com uma menor intervenção das forças do MFA e com menores riscos de derramamento de sangue. Como a PIDE/DGS tivera um papel importante na contenção da revolta das Caldas da Rainha, a 16 de Março, teria considerado que o poder da polícia política era forte e teria temido os efeitos de uma possível reacção violenta<sup>11</sup>.

Durante a fase da conspiração, se alguns sectores defendiam a extinção da PIDE/DGS em geral, outros defendiam o seu fim na metrópole mas a sua conversão em polícia de informações militares nas colónias<sup>12</sup>.

No próprio dia do golpe, esta proposta de reformulação e saneamento da PIDE /DGS nas colónias foi defendida pelo general Francisco da Costa Gomes, membro da Junta de Salvação Nacional, enquanto durasse a guerra, já que aí as informações das Forças Armadas eram fornecidas pela PIDE/DGS. A continuação da PIDE/DGS, ainda que reformulada, foi sustentada pelo general António de Spínola, da mesma Junta e primeiro Presidente da República após a revolução, que chegou a nomear um inspector da própria polícia política para a dirigir após o 25 de Abril, horas após a queda do regime.

Foi, aliás, a postura de diferenciar a PIDE/DGS da metrópole da PIDE/DGS das colónias que vingou no Programa do MFA de 26 de Abril, donde constava: *“Extinção imediata da DGS, Legião Portuguesa e organizações políticas de juventude. No ultramar, a DGS será reestruturada e saneada, organizando-se como Polícia de Informação Militar enquanto as operações militares o exigirem”*.

Porém, no Programa do MFA de 25 de Abril, com que os revoltosos partiram para o golpe, estava claramente escrito: *“Extinção imediata da DGS, Legião Portuguesa e organizações políticas de juventude”*, sem a ressalva da situação colonial<sup>13</sup>. Contudo, não foi esta versão do Programa do MFA de 25 de Abril que foi difundida. Nas declarações públicas e nos meios de comunicação social, surgiu a versão de 26 de Abril, resultante das modificações finais introduzidas pelos generais Spínola e Costa Gomes no Posto de Comando do MFA, na Pontinha. Apenas no jornal *República* foi publicada a versão de 25 de Abril do Programa do MFA. Aquele caso único do *República* explica-se pelo facto do então primeiro-tenente Martins Guerreiro ter ido entregar a este jornal, na manhã do dia 25, uma cópia do Programa – tal como estava formulado naquele momento, obviamente. Aliás, também noutros locais, os revoltosos se encarregaram de distribuir exemplares do Programa do MFA, em mão, como prevenção para o que viesse a acontecer, para que mais pessoas pudessem saber o que Movimento pretendia, se este fosse derrotado. Assim, o *República* publicou a versão que lhe havia sido entregue enquanto os outros órgãos de Comunicação Social difundiram a versão oficial - que era obviamente a de 26 de Abril. Não obstante, a discrepância entre os programas divulgados passou despercebida na voragem dos acontecimentos.

Foi num contexto marcado por estas indefinições que, durante as operações do próprio dia 25, o então capitão-tenente Vitor Crespo (no Posto de Comando do MFA na Pontinha) e o então capitão-tenente Almada Contreiras (no Centro de Comunicações da Armada, no Terreiro do Paço, a partir do qual fez a ligação entre as forças da Marinha e o Posto de Comando da Pontinha) diligenciaram para que a tomada do edifício da rua António Maria Cardoso constituísse um objectivo das movimentações militares. Pela voz dum suposto “tenente Barata”, identidade inventada por Almada Contreiras por razões de segurança, pelo telefone, foram

<sup>11</sup> Carvalho, Otelo Saraiva de - *Alvorada em Abril*, Lisboa, Portugalia, 1977, pp. 265, 271, 278, 305 e 328.

<sup>12</sup> Sobre o fim da PIDE/DGS, ver: Santos, Boaventura Sousa (organização) - *A fita do tempo da revolução. A noite que mudou Portugal*, Porto, Afrontamento, 2004; Mateus, Dalila Cabrita - *A PIDE/DGS na guerra colonial (1961-1974)*, Lisboa, Terramar, 2004; Pimentel, Irene Flunser - *A História da Pide*, Lisboa, Círculo de Leitores /Temas e Debates, 2007.

<sup>13</sup> A própria versão deste item do Programa do MFA de 25 de Abril já incorporava algumas alterações introduzidas por Spínola antes do golpe. Em versão de dias anteriores, afirmava-se: *“Extinção imediata da DGS, Legião Portuguesa e organizações fascistas de juventude, sendo detidos para posterior julgamento os elementos da DGS culpados de crimes no exercício das suas funções”*. Spínola contrariou repetidamente o radicalismo deste ponto do programa: de início, retirou a responsabilização judicial de agentes da PIDE/DGS tal como o qualificativo “fascistas” às organizações de juventude; depois, restringiu ainda o âmbito da extinção da polícia política.